



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 253/2023

Processo Licitatório nº: 11.346/2021

Processo de Recurso nº: 14.109/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 253/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO de EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ELETROS para atender às necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mario D. de Castro.

RECORRENTE: UDILIFE COM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,

RECORRIDO: PREGOEIRA

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **UDILIFE COM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico nº 253/2023.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe foram designados, com base na Portaria nº 665 de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 07 de junho de 2024, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Comissão de Pregão III

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Em síntese, a recorrente alega que restou inabilitada pela Pregoeira sob a alegação que o item não atende a RDC's 751 de 15/09/2022 e 665 de 30/03/2022 e portarias 384 de 18/12/2020 do INMETRO.

III. DAS CONTRARRAZOES

A empresa recorrida não apresentou suas contrarrazões.

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a recorrente:

..." Desclassificar a recorrida pelo não cumprimento de cláusulas editalícias e de legislação pertinente."

..." Que sejam anuladas todas as fases da licitação ocorridas após o ato ilegal, convocando as empresas para nova sessão pública.

Comissão de Pregão III

V. DA ANÁLISE DO MÉRITO

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Comissão de Pregão III

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **UDILIFE COM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Destaco que, restou encaminhado o presente processo na forma que dispõe o item 27.5 do edital, com as razões da recorrente para pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, com retorno conforme as fls. 12, a fim de subsidiar a decisão ante ao recurso interposto.

Após diligência devidamente realizada, a empresa encaminhou catálogo comprovando que o objeto ofertado atende perfeitamente ao solicitado pela unidade requisitante, situação está atestada anteriormente durante o certame pela unidade requisiite.

Porém, afirmou não ter a certificação do INMETRO, mas sim o registro ANVISA.

Nesse diapasão, a qualificação exigida para fins de habilitação deve ser somente aquela indispensável e suficiente para garantir a regular execução do objeto contratado. É isso que estabelece a parte final do inc. XXI do art. 37 da Constituição Federal, além do mais, os requisitos de qualificação técnica exigidos dos proponentes devem ser justificados pela área técnica, a fim de garantir a lisura de tal expediente, uma vez que as condições a serem exigidas podem restringir competitividade da licitação.

Desta forma, restou encaminhado o presente processo para conhecimento e manifestação à Procuradoria Geral do Município para parecer jurídico.

Assim, em análise do Edital de Licitação, pode-se ver que no item 21 que enumera as Qualificações Técnicas que devem ser apresentadas não há a previsão expressa de obrigatoriedade de apresentação de registro do Inmetro dos objetos a serem adquiridos. Somente havendo previsão de apresentação de certificação do Inmetro no subitem 6.2.2 do Termo de Referência de forma genérica.

Comissão de Pregão III

Tendo em vista não haver a obrigatoriedade de apresentação de certificado e se tratando de um assunto mais técnico, a secretaria requisitante seria responsável por tal exigência ou o registro na Anvisa seria suficiente para a garantia da qualidade do produto a ser adquirido.

Após os autos serem remetidos à Secretaria de Saúde para ciência e decisão final, restou concluído que o objeto ofertado atende perfeitamente os padrões requeridos para o bom funcionamento dos serviços prestados, não sendo necessário além do registro da Anvisa o certificado do INMETRO.

VII. MANIFESTAÇÃO DA PREGOEIRA

Reputando a manifestação da Secretaria Técnica, bem como parecer da jurídico da Procuradoria do Município, esta Pregoeira adota como fundamento para decidir, resta comprovado que não assisti razão à recorrente, motivo pelo qual não será alterada a decisão anteriormente proferida, inabilitando a empresa **M. CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** no pregão em comento.

VIII. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isso posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa UDILIFE COM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 253/2023, e, subsidiada pelos pareceres jurídicos às fls. 17 a 24 e técnico fls. 27, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, permanecendo o julgamento anteriormente proferido, mantendo habilitada a empresa **M. CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** no Pregão em comento.

Comissão de Pregão III

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 24 de junho de 2024.

FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES

Pregoeira – Comissão de Pregão III

Matricula: 468.036